

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 1.846 - SP (2018/0335596-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
REQUERENTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : SIMONE APARECIDA GASTALDELLO E OUTRO(S) - SP066553
ADRIANA SANTOS BARROS - SP117017
FÁBIO MORAES DE ALMEIDA - SP221838
REQUERIDO : DECAR AUTOPECAS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOSÉ ARNALDO VIANNA CIONE FILHO - SP160976
FREDERICO SANTIAGO LOUREIRO DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
- SP182592
LUIZ GUSTAVO RODELLI SIMIONATO - SP223795
MATHEUS INACIO DE CARVALHO E OUTRO(S) - SP248577

EMENTA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. PRETENSÃO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL, OU AO PRÓPRIO RECURSO ESPECIAL, CASO REALIZADA A CONVERSÃO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS. AFASTAMENTO DA NATUREZA EXTRACONCURSAL POR AUSÊNCIA DE DETALHAMENTO, NO CONTRATO, DOS CRÉDITOS OBJETO DA GARANTIA. DISCUSSÃO SOBRE A LEGALIDADE DE TAL EXIGÊNCIA. QUESTÃO RELEVANTE E SOBRE A QUAL AINDA NÃO SE PRONUNCIOU O STJ. PLAUSIBILIDADE DAS ALEGAÇÕES FORMULADAS NO RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DO ACÓRDÃO ESTADUAL, PARA PREVENIR A OCORRÊNCIA DE DANO, EM RELAÇÃO AO REQUERENTE, DE IMPROVÁVEL REVERSIBILIDADE. PEDIDO DEFERIDO.

DECISÃO

Trata-se de petição de tutela provisória apresentada por Banco Santander (Brasil) S.A. no intuito de atribuir efeito suspensivo ao agravo em recurso especial por ele interposto, ou ao próprio recurso especial, caso determinada a conversão.

Compulsando os autos, verifica-se que Segunda Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu parcial provimento ao agravo de instrumento manejado pelo banco, nos termos do acórdão recorrido assim ementado (e-STJ, fl. 313):

Recuperação Judicial. Decisão que determinou que o banco agravante se abstenha de realizar qualquer amortização para satisfazer seu crédito, ordenando a liberação da quantia já bloqueada

na conta da agravada, sob pena de multa diária. Irresignação. Cédula de crédito bancário garantidas por cessão fiduciária de títulos de crédito (duplicatas). Contrato registrado no cartório de títulos e documentos em data posterior à do pedido de recuperação judicial. Irrelevância. Desnecessidade do registro prévio para a constituição da garantia fiduciária. Garantia que nasce no momento da celebração do contrato. Registro que somente garante publicidade ao instrumento, tornando-o oponível a terceiros. Ausência, contudo, da especificação da garantia. Inobservância do art. 1.362, IV do Código Civil, do artigo 66-B da Lei nº 4.728/1965 e do artigo 18 da Lei nº 9.514/1997. Precedentes. Crédito sujeito à recuperação judicial. Ilegalidade das retenções realizadas durante o período suspensivo ("stay period"). Inadmissibilidade de imposição de multa diária (astreinies) para o cumprimento de obrigação de pagar, a tanto equivalente a obrigação de restituir quantia certa. Precedentes. Agravo parcialmente provido, revogado o efeito suspensivo, prejudicado o agravo interno.

Os embargos de declaração opostos pelo ora postulante foram acolhidos, sem efeito modificativo (e-STJ, fls. 393-398).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 331-363), interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, o requerente apontou a existência de divergência jurisprudencial e de violação aos arts. 141, 492 e 1.013, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil de 2015; 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005; 1.362, IV, do Código Civil; 66-B da Lei n. 4.728/1965; e 18 da Lei n. 9.514/1997.

Sustentou, em síntese, que o acórdão recorrido incorreu em julgamento *extra petita*, ao analisar questão não abordada na decisão de primeiro grau agravada, qual seja, a exigência de especificação dos títulos de créditos que foram objeto de cessão fiduciária na Cédula de Crédito Bancário (CCB) n. 003341983000000024 e no instrumento de constituição da garantia a ela vinculado. Ademais, aduziu ser desnecessária a especificação dos títulos representativos da cessão fiduciária na CCB e no documento que constituiu tal garantia, uma vez que os dispositivos legais arrolados não exigem essa providência.

Apreciado o apelo extremo pelo Presidente da Seção de Direito Privado da Corte estadual, foi denegado o seu seguimento, em razão de não ter sido demonstrada a suscitada afronta aos dispositivos de lei federal elencados na peça recursal; de incidência da Súmula 5/STJ; e de ausência de demonstração do dissenso pretoriano, nos

moldes legalmente exigidos (e-STJ, fls. 536-538).

Inconformado, o peticionante apresentou agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 541-569), no qual refutou os retrocitados óbices e cujo envio a esta Corte Superior ainda não foi efetivado.

No presente pedido de tutela provisória de urgência, noticiou o banco que o Superior Tribunal de Justiça (no AgInt na TP 434/SP, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Rel. p/ Acórdão Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 12/9/2017, DJe 5/10/2017) "já reconheceu a manifesta relevância da matéria, considerando estritamente jurídica, a viabilizar o seu exame pela Corte Superior, a questão relacionada à necessidade de, nas cessões fiduciárias de direitos creditórios, haver o detalhamento, nos respectivos instrumentos contratuais, dos créditos objeto dessa garantia" (e-STJ, fl. 9).

Reiterou a existência de divergência jurisprudencial acerca da matéria, consoante assentado nas razões do seu apelo especial.

Nesse contexto, asseriu que, "para o fim de concessão de efeito suspensivo ao recurso especial já interposto, restou demonstrada também a existência de *fumus boni iuris*, ao passo que o *periculum in mora* e a urgência do fato de que, por meio da decisão de fl. 1.174, datada de 03/04/2018, o Juízo da Recuperação Judicial já determinou o cumprimento do V. Acórdão recorrido, de modo que o requerente será obrigado a devolver a quantia de R\$ 294.465,81 [duzentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos] depositada na conta vinculada, recebida por força da cessão fiduciária, sob pena de bloqueio judicial em conta de sua titularidade, não obstante a regular constituição da garantia fiduciária" (e-STJ, fl. 10).

Destacou, ademais, o pedido apresentado pela requerida Decar Autopeças Ltda. - em recuperação judicial, em 6/12/2018, "requerendo o bloqueio judicial do valor de R\$ 311.652,12 [trezentos e onze mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e doze centavos], nas contas correntes de titularidade do Banco Santander Brasil S.A., com a consequente expedição de guia de levantamento em seu favor" (e-STJ, fl. 11).

Requeru, assim, "diante da existência de *periculum in mora* e *fumus boni iuris*, [...] com fundamento nos artigos 294, 299, 300 e 1.029, § 5º, inciso I, todos do

Código de Processo Civil, [...] a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial que interpôs nos autos do Agravo de Instrumento nº 2069184-19.2017.8.26.0000, julgado pela Segunda Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, inadmitido na origem e cujo agravo em recurso especial ainda está pendente de remessa a essa Corte Superior" (e-STJ, fls. 11-12).

Às fls. 618-624 (e-STJ), foi deferida liminarmente a tutela de urgência para "suspender a eficácia do acórdão proferido pela Segunda Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo no julgamento do Agravo de Instrumento n. 2069184-19.2017.8.26.0000, perdurando essa suspensão até o final julgamento, nesta Corte, do agravo em recurso especial apresentado naqueles autos pelo ora requerente, ou mesmo do próprio recurso especial, se realizada a conversão".

Instada a se manifestar, a requerida Decar Autopeças Ltda. - em recuperação judicial suscita que deve ser denegada a tutela provisória concedida, tendo em vista que não foi demonstrada a alegada violação aos dispositivos de lei federal arrolados e o dissídio jurisprudencial, além de incidir a Súmula 7/STJ. Corroborando, ainda, o argumento desta relatoria para deferir o pleito preambular, no sentido de que a matéria, além de inédita, é de extrema relevância, sendo necessária a manifestação desta Turma sobre a questão.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, consoante já consignado no concessivo da tutela provisória, prevalece na jurisprudência desta Casa a regra de que a competência desta Corte Superior para apreciar pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso especial ou a agravo em recurso especial instaura-se após a realização do juízo de (in)admissibilidade pelo Tribunal de origem, nos termos do que preconiza o art. 1.029, 5º, III, do CPC/2015.

Guardadas as devidas proporções, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DO REQUISITO DO FUMUS BONI JURIS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. COMPROVAÇÃO DE CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. REEXAME DE PROVAS. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Consoante estabelece o art. 1.029, § 5º, III, do Código de Processo Civil de 2015, a competência desta eg. Corte Superior para apreciar pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso especial se inicia após a realização de juízo de admissibilidade pelo eg.

Tribunal de Justiça. 2. O deferimento da tutela de urgência somente é possível quando presentes, concomitantemente, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Ausente um desses requisitos, como no caso, o pedido não comporta deferimento.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no TP 1.157/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 09/03/2018)

Constata-se, na hipótese, já ter sido aberta a competência deste Tribunal, tendo em vista a interposição do agravo em recurso especial contra a decisão do TJSP que não admitiu o processamento do recurso especial apresentado pelo ora suscitante.

Feito o esclarecimento de relevo, passo ao exame dos pressupostos imprescindíveis à concessão da medida de urgência.

A priori, constata-se que os argumentos genericamente utilizados pelo Tribunal estadual, para denegar seguimento ao apelo especial, foram suficientemente refutados nas razões do agravo em recurso especial.

Ainda que haja sucinta polêmica quanto à alegação do requerente de ter havido o devido detalhamento, no instrumento de cessão, dos títulos e do percentual que efetivamente foram cedidos fiduciariamente, esse fato não constitui óbice ao conhecimento da questão principal debatida nas razões do apelo especial.

É que a temática central submetida ao Superior Tribunal de Justiça por meio do recurso especial é estritamente jurídica: insurge-se o recorrente contra o entendimento da Corte estadual segundo o qual, na hipótese de cessão fiduciária de direitos creditórios, o instrumento que serve de título à propriedade fiduciária deve indicar de maneira precisa os créditos objeto da cessão, "tal com exigido pelo artigo 1.362, IV do Código Civil, artigo 66-B da Lei nº 4.728/1965 e artigo 18 da Lei nº 9.514/1997, requisito sem o crédito está sujeito à recuperação judicial" (e-STJ, fl. 235).

Em consulta à base jurisprudencial desta Corte, não localizei nenhum precedente que tenha se debruçado sobre essa específica questão.

Ao ineditismo da discussão se somam a evidente relevância da matéria e a plausibilidade das alegações do recorrente, tudo a recomendar que, não apenas se defira o pretendido efeito suspensivo, como também que, tão logo recebido o agravo nesta Corte, seja prontamente promovida sua conversão em recurso especial, com oportuna inclusão em pauta para viabilizar o debate da questão pela Terceira Turma.

Revela-se justificado, também, o receio manifestado pelo requerente de que da demora na apreciação de seu recurso resulte dano de improvável reversibilidade, caso deferido o pedido da requerida, que se encontra submetida a processo de recuperação judicial, de bloqueio judicial do valor de R\$ 311.652,12 (trezentos e onze mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e doze centavos), nas contas-correntes de titularidade do Banco Santander (Brasil) S.A., com a consequente expedição de guia de levantamento em seu favor.

Convém registrar que a Terceira Turma desta Corte, assim como alegado pelo requerente, em acórdão cujo voto vencedor foi prolatado por esta relatoria (AgInt na TP 434/SP), já deferiu o pedido de concessão de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial e, conseqüentemente, ao apelo especial, no qual se discutia questão idêntica, consoante se depreende da ementa a seguir transcrita:

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ENDEREÇADO AO STJ. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS. AFASTAMENTO DA NATUREZA EXTRAJUDICIAL POR AUSÊNCIA DE DETALHAMENTO, NO CONTRATO, DOS CRÉDITOS OBJETO DA GARANTIA. DISCUSSÃO SOBRE A LEGALIDADE DE TAL EXIGÊNCIA. QUESTÃO RELEVANTE E SOBRE A QUAL AINDA NÃO SE PRONUNCIOU O STJ. PLAUSIBILIDADE DAS ALEGAÇÕES FORMULADAS NO RECURSO ESPECIAL.

ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA DAS REQUERIDAS, EM RAZÃO DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DO ACÓRDÃO ESTADUAL, PARA PREVENIR A OCORRÊNCIA DE DANO, EM RELAÇÃO AO REQUERENTE, DE IMPROVÁVEL REVERSIBILIDADE. 1. É estritamente jurídica, a viabilizar o seu exame por esta Corte, a questão relacionada à necessidade de, nas cessões fiduciárias de direitos creditórios, haver o detalhamento, nos respectivos instrumentos contratuais, dos créditos objeto dessa garantia. Para além de sua manifesta relevância, trata-se, também, de matéria inédita na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e que vem bem discutida, com

argumentos plausíveis, no recurso do requerente.

2. Ademais, revela-se justificado o receio manifestado pelo requerente de que da demora na apreciação do recurso resulte dano de improvável reversibilidade, não só porque alterada a situação fática das requeridas, que tiveram decretada a falência, como também por haverem elas dado início ao cumprimento de sentença, dele exigindo, com base no acórdão objeto do recurso especial, o pagamento de significativa quantia.

3. Agravo interno provido para o fim de deferir o efeito suspensivo.

(AgInt no TP 434/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 05/10/2017)

No que se refere às alegações da sociedade requerida, sobressai, em juízo de cognição sumária, estarem preenchidos todos os requisitos de admissibilidade do apelo extremo interposto na origem, notadamente a devida demonstração de violação aos dispositivos de lei federal elencados no recurso, a similitude fática a amparar o dissídio pretoriano apontado e a prescindibilidade de reexame de fatos e provas, tendo em vista que os contornos fáticos referentes à matéria central nele debatida - necessidade de indicação de maneira precisa, no instrumento de cessão, dos créditos cedidos fiduciariamente, para que produza efeitos na recuperação judicial - encontram-se efetivamente delimitados, sem prejuízo de nova análise do preenchimento desses pressupostos, quando do julgamento do agravo em recurso especial.

Outrossim, verifica-se que o fundamento desta relatoria corroborado pela demandada (no sentido de que a matéria, além de inédita é de extrema relevância, sendo necessária a manifestação desta Turma sobre a questão) só confirma a decisão anteriormente proferida, concedendo efeito suspensivo ao agravo em recurso especial interposto pelo banco requerente, ou mesmo do próprio recurso especial, se realizada a conversão.

Expostos os fundamentos de relevo, vislumbra-se, em juízo perfunctório, a presença dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, previstos no art. 300 do CPC/2015.

Ante o exposto, confirmo a liminar concedida para deferir a tutela provisória de urgência a fim de suspender a eficácia do acórdão proferido pela Segunda Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo no

julgamento do Agravo de Instrumento n. 2069184-19.2017.8.26.0000, perdurando essa suspensão até o final julgamento, nesta Corte, do agravo em recurso especial apresentado naqueles autos pelo ora requerente, ou mesmo do próprio recurso especial, se realizada a conversão.

Publique-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

